



Questões – Tema 8 – Direitos Sociais e Políticas Públicas

1. Por meio de advogado, usuário do Sistema Único de Saúde ingressa com ação judicial pleiteando o fornecimento de medicamento indicado pelo médico que o assiste. O SUS não disponibilizava o pretendido medicamento e sim outro similar, porém considerado menos efetivo pelo médico particular. O Juiz de primeiro grau julga procedente a ação, por considerar o direito a saúde um direito público subjetivo diretamente fundado na Constituição, em norma de eficácia plena e aplicabilidade imediata, não podendo ser prejudicado por políticas inadequadas implementadas pelo Poder Público. A decisão está correta? Justifique.
2. O Ministério Público Estadual ingressou com ação civil pública contra o município X postulando obrigação de fazer no sentido de melhorias concretas na rede municipal de ensino, especificamente a troca de todo o material didático por outro compatível com o ofertado pelo ensino privado naquela localidade, a distribuição gratuita de tablets devidamente chipados para acesso à internet e a aplicativos de educação, aumento em triplo do salário de todos os professores da rede e a contratação de auxiliares didáticos na proporção de um para três alunos de modo a colaborar com o aprendizado dos alunos. A postulação tomou por base estudo pormenorizado e técnico de quais modificações seriam necessárias para prover a garantia de padrão de qualidade e visando ao pleno desenvolvimento do aluno e seu preparo para o exercício da cidadania. Como Juiz de primeiro grau e com base na Constituição Federal, você julgaria a ação procedente? Justifique.
3. Com a crise de saúde pública, econômica e social provocada pela pandemia do COVID-19 e o término das políticas sociais emergenciais dos governos, partido político com representação no Congresso Nacional ingressa com Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental perante o Supremo Tribunal Federal. O fundamento da ação é que a situação social provocada pela pandemia gerou milhões de pessoas sem condições de obter alimento e trabalho. Assim, em defesa do direito da alimentação contido no caput do art. 6º da Constituição Federal, o partido requer seja determinado ao Governo Federal que proveja o valor de meio salário mínimo a todo e qualquer brasileiro que necessite, mediante sua autodeclaração dessa necessidade, sem imposição de requisitos. Na condição de ministro do Supremo Tribunal Federal e sem observar questões formais ou de cabimento da ação, você votaria pela procedência do pedido? Justifique.